

## **JOAQUIM MANUEL DE MACEDO: CRÍTICO DA CULTURA POLÍTICO- JURÍDICA DO IMPÉRIO**

**Luis Fernando Lopes Pereira\***

### **RESUMO**

O trabalho pretende estabelecer um diálogo entre a literatura e a História do Direito. Para tanto, recorta temporalmente o período imperial de montagem das estruturas políticas e jurídicas do Brasil, buscando compreendê-las a partir de obras literárias de Joaquim Manuel de Macedo. Personagem fronteiro entre as camadas populares e as elites, filho de boticário da pequena cidade de Itaboraí que consegue se tornar orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, professor de História do Brasil do Colégio D. Pedro II e das princesas imperiais, deputado provincial e geral, Macedo reflete em sua obra uma visão aguçada sobre o momento histórico nacional. Recorta-se do autor sua segunda fase, mais realista e menos romântica, esquecida pela maioria dos historiadores da literatura, para a partir dela, traçar um panorama crítico da cultura político-jurídica do Brasil da época, tomando como referência as idéias de Pietro Costa.

**PALAVRAS-CHAVE:** LITERATURA E HISTÓRIA DO DIREITO; BRASIL IMPERIAL; CULTURA POLÍTICO-JURÍDICA.

### **ABSTRACT**

This paper intends to establish a dialogue between Literature and Law History. Therefore, we delimited the imperial period, when the uprising of the political and juridical structures in Brazil settled, trying to comprehend it from the literary works of Joaquim Manoel de

---

\* Doutor em História Social (USP); professor adjunto de História do Direito (UFPR); professor do Programa de Pós-graduação em Organizações e Desenvolvimento (UniFAE) e professor convidado do Mestrado em Direito (UniCuritiba)

Macedo. He was a personage in-between the lower classes and the elite - son of a pharmacist at the little village of Itaboraí-, who achieved to become the orator of the Brazilian Historical and Geographical Institute, professor of Brazil History at the Colégio D. Pedro II and of the imperial princess and also provincial and national deputy. Thus, Macedo reflects in his work a sharpened view of the national historical moment. We elected the author's second phase, more realistic and less romantic, forgiven by many of the literature historians, so that it would be possible to delineate a critical panorama of the political-juridical culture in Brazil in that time, taking as reference the ideas of Pietro Costa.

## **PALAVRAS-CHAVE:** LITERATURE AND LAW HISTORY; IMPERIAL BRASIL; POLITICAL-JURIDICAL CULTURE

### **1. Introdução**

O diálogo entre a História e a Literatura já tem anos e uma vasta produção. Muitos trabalhos históricos trabalham com autores e obras em particular do início da modernidade, para buscar a forma de recepção de tais transformações a partir de indivíduos que vêm com maior sensibilidade e que muitas vezes atingem níveis profundos de diálogo com questões que ultrapassam a cotidianidade e que, portanto, se apresentam ligadas às mentalidades de um determinado período.

Os estudos de Walter Benjamin sobre Paris no final do século XIX a partir de Charles Baudelaire e sua poesia é um dos grandes e bem sucedidos exemplos.<sup>1</sup> Nela Benjamin vê a modernidade a partir dos olhos do *flâneur* de Baudelaire e compara o poeta ao trapeiro,

“Trapeiro ou poeta – a escória diz respeito a ambos; solitários, ambos realizam seu negócio nas horas que os burgueses se entregam ao sono; o próprio gesto é o mesmo em ambos. Nadar fala do andar abrupto de Baudelaire; é o passo do poeta que erra pela cidade à cata de rimas; deve ser também o passo do trapeiro que, a todo instante, se detém no caminho para recolher o lixo em que tropeça.”<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**; um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

<sup>2</sup> BENJAMIN, W. op. Cit. P.88/89.

Mas o diálogo com a História do Direito ainda é incipiente. A intenção do artigo é abrir um canal de diálogo com a literatura. Seguir os passos dos historiadores e mergulhar na cultura jurídico-política a partir das obras literárias, a partir das lentes de seus autores. O período temporal escolhido corresponde ao Império, de seu início ao final, com destaque para o II Reinado, período ao qual correspondem as obras que serão utilizadas como fontes. Nesse momento o campo intelectual<sup>3</sup> não estava configurado plenamente. Assim, haveria uma maior parcela de contato entre os campos, aproximando o quadro da idéia de configuração de Norbert Elias que “serve de instrumento conceptual que tem em vista afrouxar o constrangimento social de falarmos e pensarmos como se *indivíduo* e *sociedade* fossem antagônicos e diferentes.”<sup>4</sup> Dessa forma a literatura e a elite intelectual estavam mais próximos da elite político jurídica.

Adota-se a idéia de cultura jurídico-política de Pietro Costa<sup>5</sup> que propõe uma reflexão a partir da intersecção de saberes, em relação com a dinâmica social, para buscar a trajetória da idéia de cidadania e da democracia<sup>6</sup>. Busca-se perceber a cultura a partir de algumas obras literárias de Joaquim Manuel de Macedo, demonstrando como sua visão reflete a trajetória particular desse personagem fronteiro do período imperial brasileiro. Transitando entre a medicina, a literatura, a política e a história, Macedo deixou marcas profundas em sua produção do impacto da modernização jurídica e política do país, oferecendo ao historiador do direito fontes preciosas, em particular porque ultrapassam tanto os limites das fontes institucionais como as atas do Parlamento ou discursos oficiais e relatórios, quanto as da imprensa diária, na qual Macedo também atuou e que, há época se apresentava como o principal foco do debate político.

## **2. Joaquim Manuel de Macedo: um crítico no auge do Império.**

Nasceu a 24 de junho de 1820 em São João do Itaboraí, Rio de Janeiro. Filho de Severino de Macedo Carvalho (boticário que tinha sido juiz municipal substituto, juiz de

---

<sup>3</sup> Adota-se aqui a concepção de campo de Pierre Bourdieu. Ver: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>4</sup> ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999.p. 141.

<sup>5</sup> COSTA, Pietro. **Civitas**; storia della cittadinanza in Europa: dalla civiltà comunale al settecento. Bari:Laterza, 1999.

<sup>6</sup> COSTA, Pietro. **Democrazia politica e Stato Costituzionale**. Editoriale scientifica, 2006.

órfãos e vereador algumas vezes) e Catarina da Conceição (cujo único dado biográfico que aparece é de ser analfabeta). Caçula de três filhos, em 1844 forma-se em medicina, defendendo a tese “Considerações sobre a nostalgia”. Seria ainda escolhido como orador da turma elogiando o jovem imperador de dezoito anos: “Senhor, o monarca de uma nação livre, que ama e protege as letras, é o representante das belas idéias do século, e, ainda mais, era a necessidade palpitante de nosso país. Não será infrutífero o sagrado esforço com que VMI trabalha por espantar de todo as trevas, e fazer em um céu alvo e sereno brilhar para o Brasil o sol da civilização em seu mais vivo esplendor: imenso, fértil, rico...”<sup>7</sup>

Clinica entre 1846 e 1847 em sua cidade natal, Itaboraí e em Porto de Caxias. Foi médico, literato, professor de história (Colégio D. Pedro II e das princesas Isabel e Leopoldina), orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual participou desde 1845, além de deputado provincial e geral. Escreve em 1854 *Lições para a História do Brasil*, obra destinada ao liceu D. Pedro II e se caracteriza como o primeiro manual brasileiro a ser editado. Sua história seria de inspiração positivista vinda de Varnhagen, daí Macedo também buscar a verdade histórica, e pretender fazer ciência, afastando o lendário e o maravilhoso e evitando os juízos de valor. Preocupado com a crítica documental para a produção de uma história político-administrativa. Macedo, que também cairia nas graças do imperador D. Pedro II, tornou-se um progressista, mas gradualista, acreditando que o passado resolveria seus problemas, sem necessidade de ruptura.

Macedo é posicionado, pelos estudiosos de história da literatura como romântico, particularmente em virtude do sucesso de *A Moreninha* (lançada em 1844) na corte. A obra criou o mito sentimental brasileiro: “o da menina morena e sapeca, que vai desbancar as loiras e pálidas européias, e o público identifica-se deliciado com os personagens”.<sup>8</sup> Essa sua fase romântica marcaria a visão dos estudiosos. Segundo Sílvio Romero,

“Macedo fazia parte do grupo mais íntimo do monarca (...) bricalhão, conversador, desprezencioso e simples, facilmente se tornou popular (...) Por trinta anos seguidos, de 1844, data da *Moreninha*, a 1873, data de Cincinato quebra-louça, fez rir a esse Rio de

---

<sup>7</sup> MACEDO, Joaquim Manuel. Apud: SERRA, Tania Rebelo Costa. **Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos**; a luneta mágica do II Reinado. Brasília: UnB, 2004.p.253.

<sup>8</sup> SERRA, Tânia. Op. Cit. P. 39.

Janeiro, que tão depressa o olvidou, e foi o mais lido, o mais espalhado de todos os escritores nacionais”<sup>9</sup>

Esse esquecimento, fruto da rotulação romântica permaneceria até Antônio Cândido. Pelos erros freqüentes percebe-se que a maior parte dos críticos sequer leu os últimos livros de Macedo. Antônio Cândido o vincula ao que chama de pequeno realismo. Na resumida citação abaixo o autor demonstra um grande desconhecimento da vida e da obra tardia de Macedo pois segundo ele,

“Foi bem o Macedinho da tradição carinhosa, bom pai e bom cidadão, fiel ao imperador e aos correligionários, conformista e comedido, tão comodista que recusou a pasta de ministro porque ardeu o ambicioso Alencar. Professor dos filhos da Princesa Isabel, homem representativo da ala conservadora do Partido Liberal, intermediário entre o Paço e os políticos, é possível, todavia, não ter experimentado outra ambição que a literária. Nunca utilizou a carta de médico, e parece que aceitou várias deputações como emprego pouco trabalhoso.”<sup>10</sup> (459-460)

Entretanto, pode-se dividir, seguindo Temístocles Linhares, sua obra em duas fases: a primeira de fato romântica, mas a segunda naturalista e pré-realista. Seu caminhar para o realismo e para o aprofundar da crítica social, fará com que perca público e prestígio. Obras que vão do *A carteira de meu tio* (1855) a sua continuação *Memórias do sobrinho de meu tio* (1867). Essas duas são as obras carregadas do trauma da experiência de Macedo na política nacional. De acordo com Linhares

“A apresentação da política brasileira é feita em *Memórias do sobrinho de meu tio* e *A carteira de meu tio*. Eis o tema que não aparece nos outros livros (...) Macedo traça a psicologia do político brasileiro com bastante segurança, com tantos elementos de verdade que muito pouco há a lhe acrescentar ou suprimir ainda em nossos dias. O fato é que ele retratou bem, em seus fundamentos humanos, em sua caça às posições e aos cargos.”<sup>11</sup>

Linhares acrescenta a essa nova fase de Macedo, mais crítica e próxima ao realismo as obras *A luneta mágica* e *o Rio do Quarto*. Logo, ele resgata uma visão sobre o autor de A

---

<sup>9</sup> ROMERO, Sílvio (org.) **Autores brasileiros**. Rio de Janeiro: Imago, 2002; Aracajú: UFSE, 2002.p.419.

<sup>10</sup> CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira; momentos decisivos (1750-1880)**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. 10<sup>o</sup>. Edição. P. 459-460.

<sup>11</sup> LINHARES, Temístocles. Macedo e o romance brasileiro. In: **Revista do livro**. Rio de Janeiro: 1958. no. 10. p.97/98.

*Moreninha* que até então não existia na história da literatura, embora Sílvio Romero tenha destacado o papel do teatro de Macedo, mas sem chegar a dar a devida atenção a essas obras.<sup>12</sup>

### 3. As críticas de Macedo à cultura político-jurídica do Império

A intenção é, portanto, uma análise de suas obras da segunda fase, para delas se retirar uma visão aproximada pelas lentes de uma luneta: a das críticas ao processo de modernização político-jurídica.

A reflexão sobre a cidadania segue os ensinamentos do professor Pietro Costa, que a vê como expressão que tende a se transformar em cruzamento de condicionamentos variados e complexos que envolvem a identidade político-jurídica do sujeito, a modalidade de sua participação política, o inteiro cabedal de seus direitos e seus deveres.<sup>13</sup> Logo, para Costa, a cidadania perdeu seu valor exclusivamente burocrático, pois pode-se com essa única palavra, aludir conjuntamente ao sujeito, aos direitos, aos deveres e ao pertencimento. Fazendo, portanto, com que seja necessário buscá-la de baixo para cima, a partir do sujeito e suas estratégias de reconhecimento de sua identidade.

Por isso no período de construção da nação brasileira, no qual o nexos entre sujeitos, direitos e pertencimento foi base para um novo regime político-jurídico, busca-se resgatar a trajetória de um indivíduo que deixa claro o fato de a cidadania se apoiar na lógica potestativa do comando e da hierarquia.

Estabelecido na corte desde 1852, Macedo publicou em 1855, “A carteira de meu tio”, na *Marmota Fluminense*, a partir de 19 de janeiro, a princípio anonimamente, quando era deputado provincial. Já o livro “Memórias do sobrinho de meu tio” foi publicado em 1867, após sua experiência como deputado geral na 12ª. Legislatura (1864-66), que, segundo Holanda, era “brilhante e diversificada, com velhos que já haviam atuado em

---

<sup>12</sup> ROMERO, Sílvio (org.) **Autores brasileiros**. Rio de Janeiro: Imago, 2002; Aracajú: UFSE, 2002.

<sup>13</sup> COSTA, Pietro. **Civitas**; storia della cittadinanza in Europa: dalla civiltà comunale al settecento. Bari:Laterza, 1999.

episódios distantes e jovens que querem um lugar (...) A representação conservadora era mínima e predominava o Partido Progressista”.<sup>14</sup>

Com as decepções políticas sua crítica torna-se ácida. Em relação a cultura política local, Macedo destaca o egoísmo dos políticos, destacando atitudes e idéias que lembram os tipos ideais criados por Sérgio Buarque de Holanda sobre o Brasil, como o homem cordial e o homem aventureiro. Diz Macedo:

”No pronome EU se resume actualmente toda a política e toda a moral. É certo que esses conselhos devem ser praticados, mas não confessados (...) a hypocrisia é um pedaço de véo furtado a uma virgem para cobrir a cara de uma mulher devassa. Eu digo as cousas como ellas são: há uma só verdade n’este mundo, é o EU; isto de pátria, philantropia, honra, dedicação, lealdade, tudo é peta, tudo é história, ficção, parvonice. (...) A pátria é uma enorme e excellente garoupa: os ministros de estado, a quem ella está confiada, e que sabem tudo muito, dividem toda a nação em um grupo, sequito e multidão: o grupo é formado por elles mesmos e por seus compadres, e se chama, -nós-, o séqüito um pouco mais numeroso se compõe dos seus afilhados, e se chama -vós-, e a multidão, que comprehende uma cousa chamada opposição, é o resto do povo e se denomina -elles-: ora agora aqui vai a teoria do EU: os ministros repartem a garoupa em algumas postas grandes, e em muitas mais pequenas, e dizem eloqüentemente: as postas grandes são para nós, as mais pequenas são para vós e finalmente jogam no meio da rua as espinhas que são para elles. O resultado é que o tolo do povo anda sempre se engasgando com a pátria, em quanto o grupo e o séqüito passam às mil maravilhas às custas d’ella! Viva o EU!”<sup>15</sup>

Mas o livro trataria de forma mais precisa da Constituição. Na história de um sobrinho que é aconselhado pelo tio a viajar pelo país para ver a realidade e assim se tornar apto a se apresentar como candidato a deputado. O tio, rico proprietário que financia a viagem, diz que ele seria acompanhado por uma mulher de 30 anos, a quem ele deveria ser fiel (e seria o primeiro). Na manhã seguinte acorda o sobrinho cedo, dá mantimentos e uma carteira onde ele deve escrever as impressões da viagem. Vai a um túmulo, decorado por uma pintura rude que representa uma lindíssima donzela escorregando de um berço para uma cova, com o epitáfio: Aqui jaz quem nunca viveu! Era um livro, na primeira página: CONSTITUIÇÃO DO IMPERIO DO BRAZIL (25 de março de 1824 Typographia de

<sup>14</sup> HOLLANDA, Sérgio Buarque. História geral da civilização brasileira; II O Brasil Monárquico. 3. Reações e transações. Rio de Janeiro: Difel, 1987.p.90.

<sup>15</sup> MACEDO, Joaquim Manuel. **A carteira de meu tio**. Rio de Janeiro: Garnier, 1880.p.2-4.

Seignot-Plancher). Diz o tio: “Eu a deposito em tuas mãos; vai e viaja com ella; observa o que se passa em nossa terra, e compara o que observares com o que ella te disser em seus sábios preceitos (...) assim, terás reconhecido por experiência, que a Constituição nunca foi e não é ainda hoje executada.”<sup>16</sup>

Em outra passagem o narrador sempre onisciente de Macedo afirma que a Constituição é

“um poema em oito cantos, contendo cento e sessenta e nove estrophes de metrificacão variada, e, como todas as composições poéticas e de litteratura amena, serve bastante para entretenimento das horas vagas` Ao que diz o sobrinho: `pela minha parte declaro que detesto a Constituição por três fortíssimas razões: primo, porque assim me assemelho a muitos dos grandes homens da minha terra; secundo, porque a Constituição do Império é um poema, e eu abomino a poesia; tertio, porque, ella há de ser sempre lettra morta, e em tal caso é melhor enterra-la já, que é obra de caridade dar sepultura aos mortos.”<sup>17</sup>

Em sua viagem ao se deparar com situações que não estavam descritas na Constituição, chega a seguinte conclusão a respeito da “soberania” popular, afirmando que o povo

“Tem três direitos: ser guarda nacional, jurado e votar nas eleições primárias: mas quando falta à ronda ou à parada, é o único que vai preso; quando não comparece ao jury é multado sem remissão; e se no dia da eleição vai à matriz, dão-lhe uma chapa para levar à urna sem ler; se elle hesita, offerecem-lhe dous mil réis pela consciência; se elle respinga, ameaçam-no; e se ainda assim não cede, mandam-no prender d’hai a dias para indagações policiaes!...e é muito bem feito: pateta insolente; porque não havia de acceitar os dous mil réis?...pois há consciencia de pobre que valha mais de seis patacas e quatro vinténs.”<sup>18</sup>

Logo em seguida complementa afirmando que o povo é um soberano que vota como lhe mandam e que seria livre no exercício de seus direitos contanto que pense e proceda de acordo com a polícia, criticando assim o processo eleitoral e o controle conservador, acrescentando ainda que a plebe

“Almoça pão duro; janta feijão aguado; e na cama dorme ao som de uma orquestra de mosquitos, terrível família de sopranos creada e sustentada na corte pela Illustrissima Câmara Municipal nos lamaçaes higienicos da cidade. Se adoecer, descontam-lhe o

---

<sup>16</sup> Ibid idem. p. 18.

<sup>17</sup> Ibid idem.p.98.

<sup>18</sup> ibid idem. p.59.

ordenado, ou tiram-lhe a gratificação (se é empregado público) e ainda em cima chamam-no de vadio: se está de saúde, fazem-no adoecer de trabalho. Se é músico, desafina; se é padre, não lhe encommendam sermões; se é pintor, borra; se é actor, não tem partido, e leva pateada; se é operário, chama-se *canalha*.”<sup>19</sup>

Daí a política se caracterizar como o espaço de triunfo dos incompetentes e apadrinhados. Nas palavras do sobrinho, “meu tio, pelo que posso julgar, é um homem que sabe muito, e que falla pouco: nunca foi eleito deputado, por ter essas duas terríveis qualidades. Felizmente eu sou o avesso do bom velho; não sei cousa alguma n’esta vida, e fallo mais que uma velha mettida a litterata: se já tivesse quarenta annos entrava em alguma lista para senador”.<sup>20</sup>

Em relação aos partidos políticos, compara os dois a dois animais onde a multidão seria a cauda (enorme), os correligionários pensadores, o corpo (pequeno-idealistas, poetas) e os chefes a cabeça (mínima). Segundo ele, quando o bicho desespera e disparata, a cauda comanda. Os chefes dos partidos, que são a cabeça, são egoístas e ambiciosos, cujos princípios políticos se resumem todos no pronome eu. Trabalham só a favor de seus interesses materiais, lutam e fazem lutar os outros só para ocupar altas posições sociais, que lhes dêem dinheiro e importância pessoal. A cauda não sabe o que quer; o corpo de um conservar, do outro progredir. E complementa,

“o que todos vêem , é que estes *conservadores*, logo que se acham no governo, andam para traz como carangueijos, ou opprimem o paiz como pesadelos; e estes *progressistas* occupando o timão do Estado, desenvolvem e mostram um tal *progresso* de preguiça, que chegam até a subir e descer sem jamais sahir do mesmo lugar! (...) chega a hora do seu triumpho, ei-lo no poder: que é dos princípios por elle sustentados? O novo ministro bebeu a água de um Lethes, que corre pelas portas das secretarias de estado, e esquecendo tudo quanto romettêra em opposição, trata somente de satisfazer os caprichos, que escondêra, e a ambição, que o devora.”(os chefes)<sup>21</sup>

Em relação aos suposto progresso material trazido pela conciliação e pelo auge do II Reinado, Macedo coloca na boca de seus personagens frases contundentes e que não parecem corresponder a visão de um autor acomodado e conformado como quer boa parte da história da literatura, afirmando em verso,

---

<sup>19</sup> *ibid idem*. p. 60.

<sup>20</sup> *Ibid idem*. p. 6-7.

<sup>21</sup> *Ibid idem*. p. 76.

“Viva o dinheiro!  
Fora o ideal!  
Viva o progresso  
Material!  
A vida que nós passamos  
É contra a Constituição,  
Mas não faz mal; é um milagre  
Da *santa conciliação*.  
Nosso altar é a algibeira  
Nossos deoses prata e ouro;  
Nossa oração – venha a nós  
E o nosso Céu o Thesouro.”<sup>22</sup>

O final do livro “A carteira de meu tio” se passa em um Júri, assim descrito por Macedo:

“Chegam à casa da phantasmagoria de tribunal filho de uma instituição democrática e revolucionária (...) viam-se o juiz de direito, o promotor, um advogado, dous procuradores, o escrivão, quatro meirinhos, alguns curiosos, e os jurados enfim, que chegavam a duas dúzias. O juiz de direito sentado na sua cadeira presidencial, mostrava-se firme, immovel, e estatico como o convidado de pedra; mas dentro de si estava dando a todos os diabos essa maldita instituição do jury, que n`aquelle momento tinha o desaforo de lhe impedir o prazer de fumar um havana. O promotor (...) entremaendo desenhos com versinhos epigrammaticos à estúpida instituição do jury. O advogado contentava-se com fazer notar aos dous procuradores o quanto aquella sala se mostrava apropriada a um baile. (...) O escrivão resmungava. (...) Os jurados queixavam-se uns aos outros da massada que soffriam. (...) Era uma revolta geral, embora abafada.”<sup>23</sup> \

Embora ligado aos liberais do império, Macedo aqui mostra de forma crítica os procedimentos do tribunal do Júri que pretendiam ampliar a participação popular, mas que na prática verifica os vícios acima citados. Este livro teria uma continuação na qual o sobrinho herda parte da fortuna do tio, se casa com uma prima igualmente interesseira e faz carreira política. Em *Memórias do sobrinho de meu tio*<sup>24</sup> a visão do povo continua pessimista, afinal, nas palavras do sobrinho,

---

<sup>22</sup> Ibid idem. p. 164.

<sup>23</sup> Ibid idem. p. 209/210.

<sup>24</sup> MACEDO, Joaquim Manuel. **Memórias do sobrinho de meu tio**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

“o público é o povo, isto é, um animal cargueiro, uma espécie de camelo bípede capaz de carregar às costas o próprio diabo ou todos os diabos (...) examine com cuidado e sem prevenções a numerosa lista dos ministros de Estado que temos tido, presidentes de província e corpo legislativo, reconhecerá como é avultado o número de diabos tem andado às costas do povo brasileiro”.<sup>25</sup>

Como uma prima, também sobrinha do tio, herdara parte da fortuna, o personagem central resolve se casar com ela, para unir forças, afinal “a noiva rica é uma entidade altamente política, perde o seu caráter de mulher, e passa a instrumento material das grandezas do noivo (...) não importa que seja feia, malfeita, rabugenta, e sem juízo; o essencial é que seja rica.”<sup>26</sup> Daí sua “paixão” pela prima. (106)

Ao adentrar ao mundo político, patrocinado agora pelos padrinhos que escolheu para seu casamento, o sobrinho afirma,

“A política de um estado é a maior das comédias, representada no maior dos teatros: há platéia, camarotes, palco, bastidores, panos de cena e de fundo, todas as possíveis mutações de cena, camarins de atores, e até uma espécie de porão do teatro, onde se atiram os trastes e objetos que não têm mais serventia. A platéia, que é imensa, enche-se do povo miúdo, aquele que serve somente para votar e ser guarda nacional: os camarotes são ocupados pela classe um pouco mais elevada, donde saem os subdelegados, delegados, comandantes da guarda nacional, eleitores etc.”<sup>27</sup>

Chega Macedo a fazer um diagnóstico preciso da política através do personagem do sobrinho, revelando uma crítica que atinge todo o campo político porque contesta sua estrutura e seus fundamentos. Afinal, para o sobrinho,

“Governava o país um gabinete composto de sete ministros, cujos nomes esqueci completamente (...) pareciam irmãos gêmeos dos sete que os tinham precedido, e prometiam ser ainda muito parecidos com os sete que haviam de subir depois deles ao governo. (...) assinavam expedientes das secretarias, faziam nomeações de empregados, distribuía pela gente da sua roda os cargos públicos; protestavam que as circunstâncias do país eram muito embaraçosas, e que a oposição era facciosa e culpada da esterilidade do governo. (...) Mentiam cem vezes por dia: faltavam à palavra dada cem vezes por mês. Asseveravam que lhes faltava tempo

---

<sup>25</sup> Ibid idem p.63.

<sup>26</sup> Ibid idem p.106.

<sup>27</sup> Ibid idem.p.189.

para o desempenho de todos os seus deveres e para atender a todos os assuntos da administração (...) mas não perdiam banquete, nem baile...<sup>28</sup>

Daí o sobrinho se dizer candidato sem sequer saber por que partido, pois a decisão viria do apadrinhamento, colocado como questão decisiva e tradicional para as definições políticas, ao contrário do que se propala quanto a apresentação de candidatos que deveriam montar propostas e se tornar conhecidos do eleitor, afinal,

“Pensam alguns velhos do tempo em que os deputados e senadores iam de casaca às sessões das câmaras, e ali ficavam em suas cadeiras ouvindo, e deliberando desde as dez horas da manhã até as duas da tarde, que para um cidadão brasileiro se apresentar candidato a deputado, deve antes ser conhecido do povo eleitor pelos seus estudos e prática dos negócios do Estado, pelos seus serviços ao país, pela sua instrução e capacidade de desempenhar o grande mandato político, e enfim pela sua probidade, e pela sua moralidade. (...) Prática tão insensata só podia ser tolerada nos tempos revolucionários, vergonhosos, em que o povo, a ignóbil patuléia era quem realmente elegia os eleitores, que realmente elegiam os deputados. Agora, não; agora e desde muitos anos o sistema representativo civilizou-se, e a moda parlamentar, e a moda eleitoral são outras. Agora são os delegados e subdelegados de polícia, e os chefes da guarda nacional que elegem os eleitores em nome da ignóbil patuléia, que ou se submete, ou é recrutada e apanha pancadas, e são os ministros, os presidentes de província, e os chefes de polícia que elegem os deputados em nome dos eleitores”.<sup>29</sup>

Percebe-se, portanto, em particular nas duas obras aqui destacadas, o impacto da vida política de Macedo em sua obra. Seu desencanto com a montagem de uma estrutura política e jurídica para o Brasil. Ele que sempre fora encarado pelos contemporâneos e pela tradicional historiografia da literatura como um homem da ordem e acomodado, mostra aqui uma visão que se aproxima muito mais do realismo que chegaria com Machado de Assis. Por sua posição fronteira, por sua ascensão social e por sua crença nas instituições e mesmo no Constitucionalismo, essas obras de Macedo nos oferecem um ótimo exemplo da recepção da montagem de uma cultura político-jurídica no Império brasileiro.

#### **4. Considerações finais: o bom senso de Macedo.**

---

<sup>28</sup> *ibid idem.* p.261-262.

<sup>29</sup> *Ibid idem.* p.275-276.

Entretanto em meio a visão crítica e negativista da realidade nacional, percebemos em Macedo um bom senso, apresentado principalmente em sua luta por uma rigorosa igualdade jurídica, criticando, portanto o nexos entre propriedade e direitos políticos. Embora como liberal em tempos já republicanos sofra com o que Pietro Costa chama de pesadelo dos liberalismos oitocentistas, o medo da tirania da maioria, mas defende mudanças lentas, graduais e controladas.

Fariam parte dessas mudanças a ampliação da cidadania política e a defesa da universalidade dos direitos civis, incluindo aqui sua defesa da emancipação dos escravos, presente em particular na obra *As vítimas algozes*, quadros da escravidão<sup>30</sup>, de 1869, mesmo ano da *Luneta Mágica*<sup>31</sup>, onde trata da escravidão e a critica a partir da história de três personagens: Simeão, o crioulo; Pai-Raiol: o feiticeiro e Lucinda: a mucama.

É de se destacar também sua preocupação especial com as mulheres. Tânia Serra destaca seu feminismo, afirmando que desconhece “outro autor da mesma época que tanto se tenha empenhado pela educação e emancipação da mulher”<sup>32</sup> Em 1878 publicou *Mulheres célebres*, obra encomendada pelo Império para as escolas de instrução primária do sexo feminino. Macedo que fora professor de história do Brasil das princesas Isabel e Leopoldina, demonstrou preocupação com a educação da mulher desde sua fase romântica. Vale lembrar que sua heroína de *A Moreninha*, pessoa excepcional, tida como arquétipo desde os gregos, luta pela independência da mulher, afinal era uma leitora de Mary Wollstonecraft.

Macedo em certos momentos chega a refutar a representação censitária, embora se perca na crença em um direito restrito ao plano da estadualidade. Critica o não cumprimento à Constituição, o patrimonialismo, a corrupção, a falta de coesão e identidade dos partidos, mostrando a recepção da cultura político-jurídica no período de montagem da estrutura nacional, desvendando vícios e problemas que muitas vezes se colocam como estruturais e por isso assustadoramente atuais.

## Referências bibliográficas

---

<sup>30</sup> MACEDO, Joaquim Manuel. *As vítimas algozes*; quadros da escravidão. Porto Alegre: Zouk, 2006.

<sup>31</sup> MACEDO, Joaquim Manuel. *A luneta mágica*. Porto Alegre: LP&M, 2001.

<sup>32</sup> SERRA, Tânia. Op. Cit. P. 210.

- BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire; um lírico no auge do capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira; momentos decisivos (1750-1880).** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- COSTA, Pietro. **Civitas; storia della cittadinanza in Europa: dalla civiltà comunale al settecento.** Bari:Laterza, 1999.
- COSTA, Pietro. **Democrazia politica e Stato Costituzionale.** Editoriale scientifica, 2006.
- ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia.** Lisboa: Edições 70, 1999.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque. História geral da civilização brasileira; II O Brasil Monárquico. 3. Reações e transações. Rio de Janeiro: Difel, 1987
- LINHARES, Temístocles. Macedo e o romance brasileiro. In: **Revista do livro.** Rio de Janeiro: 1958. no. 10.
- MACEDO, Joaquim Manuel. **A carteira de meu tio.** Rio de Janeiro: Garnier, 1880
- MACEDO, Joaquim Manuel. **Memórias do sobrinho de meu tio.** São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- MACEDO, Joaquim Manuel. **As vítimas algozes; quadros da escravidão.** Porto Alegre: Zouk, 2006.
- MACEDO, Joaquim Manuel. **A luneta mágica.** Porto Alegre: LP&M, 2001.
- ROMERO, Sílvio (org.) **Autores brasileiros.** Rio de Janeiro: Imago, 2002; Aracajú: UFSE, 2002.
- SERRA, Tania Rebelo Costa. **Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos; a luneta mágica do II Reinado.** Brasília: UnB, 2004.